



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE BACHARELADO EM GEOGRAFIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

PEDRO MENDONÇA CARVALHO SANTOS
AS DISPUTAS TERRITORIAIS EM FOCO: O CASO DA USINA HIDRELÉTRICA
CANA BRAVA, MINAÇU (GO)

BRASÍLIA

2025

PEDRO MENDONÇA CARVALHO SANTOS,

**Artigo apresentado à Universidade de
Brasília como requisito para obtenção do
título de bacharel em Geografia.**

**Orientador: Professor Doutor José Sobreiro
Filho**

BRASÍLIA

2025

RESUMO

Este trabalho possuiu o intuito de evidenciar os impactos causados pela Usina Hidrelétrica Cana Brava em Minaçu (GO), além de compreender as faces da disputa territorial produzidas pelo processo espoliatório de implementação do megaempreendimento contra diversos sujeitos do campo. A pesquisa então baseia-se na categoria de análise "território" produzida a partir de um conjunto de fatores espaciais e sociais, adicionalmente a investigação revela o aglomerado de casos de desterritorialização produzidos contra determinados grupos de sujeitos, em específico, o atingido por barragem. Para o refinamento da pesquisa crítica, o artigo utilizou diferentes instrumentos analíticos, a exemplo da utilização de geotecnologias cartográficas que evidenciaram por meio e produtos as desigualdades territoriais causadas pela Usina Hidrelétrica em questão. O estudo contextualiza os processos históricos marcantes da trajetória energética até a ascensão do neoliberalismo, também analisa historicamente as motivações de instalação da UHE Cana Brava, seus impactos territoriais ao longo do tempo e evidencia a atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) enquanto movimento organizativo de resistência e reivindicação de direitos dos atingidos de Minaçu.

Palavras-chave: Território, Atingido, Hidrelétricas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
O CAMINHO DAS ÁGUAS: INSTRUMENTOS E METODOLOGIA.....	5
1. A REESTRUTURAÇÃO ENERGÉTICA: DO DESENVOLVIMENTISMO MILITAR AO NEOLIBERALISMO.....	9
2. CERRADO – AS INFLUÊNCIAS EXPLORATÓRIAS NA DESTERRITORIALIZAÇÃO DE SUJEITOS.....	12
3. A USINA HIDRELÉTRICA CANA BRAVA.....	17
4. A DISPUTA TERRITORIAL E A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS.....	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	26

INTRODUÇÃO

A implementação de Usinas Hidrelétricas é uma técnica sustentada de forma constante pelo estado brasileiro a pelo menos meio século, lançados as lógicas desenvolvimentistas dentre os impactos acometidos pela implementação desses empreendimentos, diferentes populações ao longo das décadas sofrem com os impactos diretos. O estado de Goiás, impulsionado pelos dilemas do desenvolvimento regional, possui cerca de 16 empreendimentos hidrelétricos, o que revela a centralidade do estado nas iniciativas voltadas à hidroeletricidade no cerrado.

A Partir disso, o objetivo central da investigação é analisar o panorama da população atingida pela Usina Hidrelétrica Cana Brava, bem como os impactos de implementação desse empreendimento ao território e a atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) em defesa de seus sujeitos. De forma a complexificar a análise proposta, o artigo busca responder a questões fundamentais decorrentes do setor elétrico brasileiro e a forma como as hidrelétricas foram produzidas no território de múltiplos povos.

Nesse sentido busca-se: contextualizar histórica e geograficamente a política energética brasileira e o papel do Estado na consolidação de empreendimentos hidrelétricos; investigar a produção do território a partir da lógica do capital, do estado e dos sujeitos atingidos, utilizando a categoria território como espaço de conflitos, intencionalidades e relações de poder; analisar os impactos socioespaciais da UHE Cana Brava sobre os territórios originários e tradicionais no município de Minaçu (GO), evidenciando os processos de desterritorialização por ela provocados; bem como mapear as áreas impactadas pela barragem e os territórios tradicionalmente ocupados.

Para tanto, a metodologia adotada fundamentou-se no levantamento bibliográfico que transcorreu sobre a realidade energética brasileira, bem como, contribuições científicas que retratassem o contexto histórico das Usinas Hidrelétricas no Brasil e as violências causadas por sua implementação. Nesse sentido, o trabalho buscou correlacionar os esforços teóricos voltados a energia apresentados por Vainer (2007) e Lima (1995) - os quais puderam proporcionar maior dimensão para a compreensão do setor elétrico - com as obras produzidas por Pinheiro (2006) e Júnior (2018) que detalham a situação e os processos de instalação e luta do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) na UHE Cana Brava.

De forma primordial, a investigação partiu da categoria geográfica de análise território, enquanto espaço de intencionalidades, conflitos e poder. A fim de potencializar o debate geográfico dentro da investigação, as obras de Raffestin (1990), Haesbaert (2004), Saquet (2013), e Fernandes (2005, 2008) subsidiaram a análise voltada ao território e aos sujeitos que os produzem, bem como, compreender a produção injusta do capital, atreladas a produção constante de ações dos movimentos socioterritoriais que, de modo contínuo, buscam superar suas complexidades de forma organizada. A partir do levantamento bibliográfico primário, foram identificadas e analisadas notícias em relação às reivindicações dos atingidos por Cana Brava ao longo dos anos, a fim de refinar o levantamento de informações fundamentais.

A análise de banco de dados, propiciou à pesquisa a elaboração de gráficos e outros produtos cartográficos a fim de evidenciar dados relevantes acerca da problemática territorial. Para tal, foram utilizados os softwares livres QGIS 3.40 e Excel para realização dos diferentes tipos de cruzamento de dados, além da utilização da plataforma Google Earth Engine para complementação de imagens de alta definição georreferenciadas.

A partir do apresentado, conclui-se que as populações atingidas por Cana Brava lutaram e ainda remanescem lutando em sua ação contra o capital energético, bem como em seus territórios espoliados pelo acúmulo de capital privado (Harvey, 2004). A contribuição da produção acadêmica geográfica foi feita enquanto instrumento de compreensão das relações assimétricas de poder reproduzidos no território atingido, a análise geográfica nesse sentido fortalece as visões territoriais e busca evidências nas contradições impostas pelo capital hegemônico.

O CAMINHO DAS ÁGUAS: INSTRUMENTOS E METODOLOGIA

O método utilizado na pesquisa foi o materialismo histórico geográfico (Harvey, 1992), por levar em consideração o espaço enquanto uma produção espaço-temporal, que se resulta das relações sociais e de poder. Para sua viabilização o trabalho foi dividido em 4 etapas, sendo a primeira o levantamento bibliográfico, dividido por temas, sendo eles: o arcabouço geográfico, visando qualificar o trabalho, olhando para o debate territorial aplicado ao segmento energético de Cana Brava; Grandes empreendimentos hidrelétricos de maneira mais abrangente, uma vez

que o caso de Cana Brava não se desprende da realidade brasileira em questão; e Cana Brava/Minaçu, contextualizando ainda mais as disputas na região.

Em um segundo momento da pesquisa, consistiu no levantamento de dados estatísticos relacionados aos seguintes segmentos: demográfico, hídrico e, especialmente, energético do município Minaçu. Além da aquisição de dados vetoriais necessários, a partir da utilização de bases contínuas formuladas pela Agência Nacional das Águas (ANA), Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

O terceiro momento da pesquisa consistiu em idas à campo em parceria com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), nas quais foram realizadas entrevistas semiestruturadas com algumas lideranças - cujas informações pessoais não serão divulgadas a fim de manter privacidade dos sujeitos e não vulnerabilizar ou fragilizar o movimento. Esta etapa foi de suma importância para confrontar os dados, informações e teoria com a realidade vivida pelos sujeitos atingidos pela UHE Cana Brava.

Por fim, foram produzidos mapas e gráficos com as informações adquiridas, com auxílio dos seguintes *Softwares*: *Google Earth Engine - GEE e QGIS 3.40*. Dentro da utilização desses instrumentos foi possível coletar informações geoespaciais, além de salvar imagens em satélite de alta resolução das coleções *Landsat-5 e Landsat-7*. Com o subsídio cartográfico do GEE, pode-se dimensionar o impacto do empreendimento. O uso das novas tecnologias reforça o fortalecimento de plataformas que agregam importantes diretrizes para proteção e justiça socioterritorial. Tal espacialização tem cunho estratégico ao representar justamente o que os grandes empreendimentos buscam omitir.

Vale ressaltar a utilização dos dados demográficos do Censo 2010 e 2022, fornecidos pelo IBGE que foram fundamentais para o refinamento da análise socioeconômica do município de Minaçu, bem como, os dados fornecidos pela Agência Nacional das Águas (ANA) que subsidiaram a produção de bases cartográficas para Usinas Hidrelétricas, redes hídricas e massas d'água. Alguns dados foram selecionados e executados no Microsoft Excel com enfoque em cruzar variáveis que indicassem relevância a análise de caso.

Este trabalho parte da categoria de análise territorial enquanto enfoque da produção do espaço geográfico por sujeitos multiétnicos e, ao mesmo tempo, pela força do capital energético,

evidenciando a presente disputa territorial como uma manifestação da disputa de classes. A desigual correlação de forças entre elas resulta, por sua vez, em um país que desvaloriza e violenta inúmeros indivíduos, despedaçando suas relações territoriais. Nesse sentido, a investigação busca elementos fundamentais da análise territorial que possam estruturar a análise, utilizando autores que auxiliem na compreensão da concepção de território, disputas territoriais e conflitualidades enquanto manifestações de classes.

O território compreende uma categoria geográfica primordial dentre as estruturas a serem entendidas na ciência geográfica, e de forma sintética, pode ser analisado enquanto uma categoria produzida a partir das diferentes classes sociais a sua relação de intencionalidade com o meio. A produção do território está intrinsecamente ligada à produção do espaço geográfico, pois não há um sem que antes exista o outro.

Isso significa que diferentes territórios se constituem a partir de processos espaciais, orientados por lógicas e intencionalidades sociais distintas. Para Raffestin (1990)

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço (Raffestin, 1990, p. 143)

Dentro da análise geográfica, Fernandes (2008) explicita a existência do território enquanto totalidade, um conjunto de processos produzidos em múltiplos territórios materiais e imateriais que podem ser fixos ou móveis. Nesse sentido, o mesmo aborda sobre a tipologia de três territórios produzidos dentro do espaço geográfico:

consideramos três tipos de territórios materiais: o primeiro território formado pelo país, estados e municípios; o segundo território formado pelas propriedades privadas capitalistas ou propriedade privadas não capitalistas; o terceiro território formado por diferentes espaços que são controlados por relações de poder. Estes são territórios fluxos ou móveis controlados por diferentes sujeitos e são produzidos nos territórios fixos do primeiro e do segundo território. (Fernandes, 2008, p. 8)

Desse modo, a compreensão de território passa pelo espaço e está intrinsecamente conectado às relações de poder perpassadas em diferentes escalas e dimensões, sejam elas político, econômica, cultural, social. O fato é que o território pode ser uma construção individual ou coletiva e o uso do poder é o elemento fundamental da caracterização do território. Segundo Raffestin (1990, p. 52) há dois tipos de poder que podem ditar as lógicas de produção territorial:

o primeiro encontra-se enquanto o poder visível, que representa de forma coesa a ostensividade e repressão popular; e o segundo é tido como poder invisível.

Segundo o autor, o poder invisível indica ainda certo perigo enquanto instrumento de dominação silencioso dos sujeitos e conseqüentemente do território. Portanto, é impossível descaracterizar o poder na análise geográfica do território, visto que ele é contínuo, móvel e intimamente humano “o poder é parte intrínseca de toda relação” (Raffestin, 1990, p.52). O território é, portanto, não apenas um algo físico, mas um campo de disputas que se materializam em diversas dimensões e escalas.

Nesse sentido, Haesbaert (2004) introduz a ideia de multiterritorialidade, que revela a coexistência de diferentes tipos de territorialidades, muitas vezes imbricadas de conflitos. Isso se dá porque diferentes sujeitos têm diferentes projetos e usos voltados ao território. Nesse sentido, sua contribuição é fundamental ao reconhecer que os sujeitos invisibilizados pela história, também são produtores de território.

Multiterritorialidade inclui assim uma mudança não apenas quantitativa – pela maior diversidade de territórios que se colocam ao nosso dispor (ou pelo menos das classes mais privilegiadas) – mas também qualitativa, na medida em que temos hoje a possibilidade de combinar de uma forma inédita a intervenção e, de certa forma, a vivência, concomitante, de uma enorme gama de diferentes territórios (Haesbaert, 2004, p. 13)

Saquet (2013) contribui significativamente para a compreensão do território enquanto categoria central da Geografia. O autor destaca que o território deve ser entendido de forma multiescalar, ou seja, articulando diferentes níveis - do local ao global - e considera as múltiplas relações sociais, econômicas, culturais e políticas que nele se desenvolvem.

A partir de sua leitura, o território passa a ser interpretado como um espaço de constante transformação, atravessado por projetos de poder e por ações coletivas. Assim, a territorialidade emerge como uma dimensão relacional do território, podendo ser explicada pela forma com a qual esses sujeitos produzem e reproduzem o território entre si (Saquet, 2013). Territorialidade é a expressão dinâmica e vivida, que produz os territórios e concretiza as estratégias de apropriação e uso do território, adicionalmente aos conflitos dele derivados e alianças entre os sujeitos.

A territorialidade é um fenômeno social, que envolve indivíduos que fazem parte de grupos interagidos entre si, mediados pelo território; mediações que mudam no tempo e no espaço. Ao mesmo tempo, a territorialidade não depende somente do sistema territorial local, mas também de relações intersubjetivas (Saquet, 2013, p. 115).

Saquet e Briskievicz (2009) constroem uma abordagem complexa acerca da territorialidade a partir da formação da identidade, os autores compreendem que a formação da territorialidade se dá entre a coexistência entre território, territorialidade e identidade. A territorialidade pode ser refletida enquanto o “processo de relações sociais, tanto econômicas, como políticas e culturais de um indivíduo ou de um grupo social.” (Saquet e Briskievicz, 2009, p. 8). Enquanto a identidade é um patrimônio territorial produzido, por esse motivo há uma correlação íntima, e indivisível entre identidade, território e tempo. Em resumo, “os homens através de seus gestos, necessidades e aprendizagens produzem e renovam suas identidades” (Saquet e Briskievicz, 2009, p. 8).

A concepção de território enquanto espaço de conflitos e resistências é aprofundada por Fernandes (2005), ao propor a distinção entre movimentos socioespaciais e socioterritoriais. Para o autor, os movimentos socioterritoriais são aqueles que constroem, defendem e transformam territórios, inserindo-se ativamente na luta por reconhecimento, direitos e permanência. Ao mesmo tempo, é fundamental compreender que todo movimento socioterritorial é simultaneamente socioespacial. Essa é especialmente útil ao analisar a atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que reivindica, reorganiza e dá visibilidade aos territórios que historicamente vem sendo marginalizados e ameaçados pelo avanço do capital energético.

Para Fernandes (2008) o território não é apenas um espaço físico, mas também um espaço disputado e produzido nas relações sociais, muitas vezes expressas na classe. Ele entende a conflitualidade como uma dimensão construtiva do território, compreendendo-o como resultado de múltiplos projetos em disputa - em nosso caso, camponesa, tradicional, originária - atingida, frente a lógica do capital em suas distintas formas, entre elas a energética. A conflitualidade é portanto, inerente à construção territorial, pois expressa os embates entre os interesses do capital e as formas tradicionais de uso e apropriação do espaço por sujeitos coletivos (Fernandes, 2008).

Assim, os territórios não são neutros, mas cenário de conflitos contínuos, onde se manifestam as tensões políticas, sociais, econômicas e culturais. Essa abordagem é fundamental para compreender os conflitos instaurados com a implementação da UHE Cana Brava e a atuação do MAB como movimento socioterritorial de resistência.

1. A REESTRUTURAÇÃO ENERGÉTICA: DO DESENVOLVIMENTISMO MILITAR AO NEOLIBERALISMO

A ditadura militar brasileira foi um projeto burguês que produziu diferentes crises, além de projetos de reestruturação institucional, desmonte de secretarias e superintendências de tratamento da energia elétrica. Dentro deste panorama, a Eletrobrás – Estatal do Setor Elétrico criada por Vargas em 1954 – passou a ter mais evidência nas decisões estratégicas adotadas pelo modelo de expansão energética nos centros urbanos, tal como os modelos de distribuição energética que havia forte necessidade de serem replanejados (Lima, 1995). A época de (1964 - 1970) havia criado perspectivas positivas ao desenvolvimento econômico nacional, desde 1962 o processo de transição e reestruturação do setor energético foi imposto.

Lima (1995), analisa a participação e influência da entidade estrangeira Canambra Engineering Consultants Limited durante a reestruturação do setor elétrico brasileiro (1962 - 1967). Com experiência internacional nos projetos hidrelétricos canadenses, o grupo existia em formato de consórcio e era formado por empresas de consultoria como a canadenses Montreal Engineering e Crippen Engineering, além da norte-americana Gibbs & Hill. Seus conhecimentos técnicos possibilitaram a criação de indicadores socioambientais sobre a instalação de futuras redes hídricas que foram utilizados enquanto levantamentos durante o planejamento dos anos 1970.

A operação foi incentivada pelo Fundo Especial das Nações Unidas, com objetivo de atender a demanda demográfica crescente no Centro-Sul brasileiro e criar um novo plano energético de expansão nacional.

Seus trabalhos duraram cerca de uma década, onde analisaram os potenciais produtivos do Brasil para o sistema energético, além de analisar possíveis entraves causados pela precarização histórica do setor. Neste estudo de 1966, a Canambra afirma que os projetos prioritários para a expansão brasileira seriam: Usina de Jupia – PR, Usina de Estreito – MG, Usina de Xavantes – SP, Usina de Peixoto/Mascarenhas de Moraes – MG, Usina de Funil – MG. De fato, o processo pensado de expansão energética para o fim da década de 1960 veio a ter êxito, com altas taxas de crescimento que puderam surpreender o governo federal.

O vigoroso processo de crescimento experimentado pelo setor de energia elétrica na segunda metade dos anos 1960 é demonstrado pelo extraordinário ritmo de expansão dos

investimentos, que alcançou em termos reais taxas superiores a 14% a.a. no período 1967-1973 (Lima, 1995, p. 109)

Ao mesmo tempo tal sucesso não pôde ter continuidade devido à forte crise do petróleo em meados de 1973, o que obrigou por optar novas estratégias na gestão nacional e condução da então crescente econômica e energética, tais motivos motivaram no ano seguinte a formulação e execução do II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND. Neste panorama de crise, o plano possuía foco no enfrentamento das primeiras consequências da recessão internacional no país.

Com incentivos significativos, tais estratégias potencializaram as formas de produção de insumos básicos e bens de consumo, além de priorizar o aumento da capacidade energética do país (IPEA, 2016), expandindo infraestruturas energéticas a partir de investimentos públicos e financiamentos externos.

A engenhosidade e planejamento realizado pelo IPEA dentro do II Plano Nacional de Desenvolvimento não se mostrou suficiente para mitigar os efeitos de uma crise já premeditada, que assolava o exterior a partir da segunda crise do petróleo em 1979. A crise econômica global dos anos 1980 então chegou ao Brasil (Lima, 1995), inaugurando consigo o processo recessivo que voltava a ocorrer no país depois de períodos de expansão da produção e do capital.

Tal crise fez com que os aparelhos do Estado brasileiro, voltados ao setor elétrico, fossem desprestigiados. O corte expressivo de recursos e investimentos para a regulação da operação elétrica no Brasil fizeram com que inúmeros grupos elétricos e empresas públicas pertencentes ao Governo Federal sofressem um impasse institucional.

Sem planejamento adequado, o setor público ficou repleto de vulnerabilidades econômicas – cada vez mais dependente de investimentos externos que contribuíram com o endividamento externo desordenado. “A crise financeira internacional de 1980 revelou o grave quadro de estrangulamento econômico-financeiro do setor público” (Lima 1995, p. 120)

Entre os anos 1980 e 1995, o país já enfrentava seus primeiros impactos energéticos perante a instabilidade do mercado. Aliados à redução de lucros e à falta de investimentos estrangeiros no sistema ELETROBRÁS para novos projetos, o setor elétrico estava fragilizado frente a estagnação produtiva e recuo orçamentário apresentado na década de 1990, contrastando o passado próspero apresentado nos anos de 1980. A extinção do Imposto Único sobre Energia Elétrica IUEE, amparado pela Constituição Federal de 1988 também foi um catalisador para tal

crise, visto que o imposto arrecadado era destinado à maximização e expansão dos grandes projetos de geração e distribuição elétrica.

Com o início das operações em Itaipu e Tucuruí e a redução da capacidade de gerar recursos próprios do sistema Eletrobrás, houve uma queda significativa de investimentos. Estes que na década anterior alcançaram cerca de US\$75,1 bilhões, arrecadaram apenas US\$19,5 bilhões nos anos 90. Como consequência, houve queda da taxa de expansão média da capacidade instalada que, na década de 90 foi de 3,3% contra 4,8% na década de 80. Entre 1995 e 2000, o crescimento médio da capacidade instalada do setor elétrico foi de 3,8%. (Pêgo Filho, et al., 2001, p.8).

Todas as instabilidades apresentadas pelo setor elétrico catalisaram o movimento de desestatização das instituições energéticas. O Brasil sofreu com um retrocesso em razão da formulação de leis que asseguravam o avanço do neoliberalismo energético, a exemplo da Lei de Concessões (8.987/95 e 9.074/95). Este foi um marco pois enfraqueceu a gestão do Estado sobre os recursos energéticos.

O poder legislativo por sua vez, afrouxou as normas ambientais, o que promoveu a precariedade nos segmentos de conservação e compensação ambiental - elementos básicos para o menor impacto de um megaempreendimento, antes obrigatórios.

Tais aparatos negavam os direitos então exercidos pelo Estado. Em suma, a Lei das Concessões representa um exemplo claro do controle exercido pelo capital estrangeiro na política energética brasileira. As normas jurídicas desmontaram as responsabilidades socioambientais que o concessionário deveriam possuir para a implementação de um novo projeto Hidrelétrico e intensificou a centralização de poder nas figura das empresas concessionárias, subjugando as vidas então territorializadas em um espaço de interesse (Vainer, 2007).

O concessionário passa a ter os aparatos para manipular a vida dos sujeitos. Significa afirmar que a partir da Lei de Concessões, as empresas que ditaram o decurso das negociações e indenizações acerca dos direitos das populações atingidas. Assim, a expropriação no ato da desapropriação dos sujeitos se torna ainda mais violenta, uma vez que a transfere a responsabilidade do Estado para as empresas. (Vainer, 2007). Nesse sentido, a privatização torna-se um mecanismo de espoliação (Harvey, 2004), onde os bens coletivos são convertidos em ativos privados, subordinando territórios, populações e bens naturais à lógica do lucro.

Longe de ser um ajuste técnico, a neoliberalização dos empreendimentos energéticos representa uma forma sofisticada de espoliação legalizada, deslocando custos sociais para os mais vulneráveis e concentrando os benefícios em um determinado grupo econômico. A falta de planejamento do Estado em termos de infraestrutura energética frente ao aumento na demanda energética, derivado do crescimento das classes que antes não possuíam acesso à energia, é uma das principais causas de tais espoliações.

2. CERRADO – AS INFLUÊNCIAS EXPLORATÓRIAS NA DESTERRITORIALIZAÇÃO DE SUJEITOS

O cerrado brasileiro possui uma vasta biodiversidade. Conta com inúmeras espécies bióticas e formas naturais únicas em sua composição. O bioma é o segundo maior do país e abrange cerca de 30% a 33% da biodiversidade nacional (Embrapa Cerrados, 2004). Além de ocupar 24% do território nacional, concentra importantes bacias que influenciam no ciclo hidrológico brasileiro e sulamericano. As águas do cerrado se distribuem em cerca de 8 das 12 regiões hidrográficas do Brasil (Lima, 2011). Em suma, suas redes hídricas possuem um valor inestimável para a sobrevivência do país e a continuidade de atividades produtivas fundamentais para a economia nacional.

Tais fatores ecossistêmicos já evidenciam a necessidade de uma gestão eficiente no tratar das políticas ambientais voltadas à conservação e preservação do bioma, pensando ainda no usufruto da multiplicidade de sujeitos – povos indígenas, comunidades quilombolas, extrativistas e comunidades tradicionais – que possuem subjetividades baseadas ao uso da terra e da água pertencentes ao cerrado.

O país, no entanto, ao longo do último século atribuiu pouco valor ao cerrado, que passou a servir como “zona de sacrifício”. Nesse sentido, o bioma passou a ser um espaço selecionado para a ser explorado de maneira severa das lógicas do capital, exposto aos riscos ambientais produzidos pela elite agrária – latifúndios, ou pelo próprio Estado em prol da implementação ou aprimoramento de infraestruturas espaciais desenvolvimentistas.

Ao analisar os elementos citados acima, deve-se ressaltar a utilização da violência enquanto instrumento dos diferentes conflitos por territórios. Tendo em vista a necessidade imediata de modernização das infra estruturas no campo, a lógica do capital foi sobreposta às

lógicas de vida tradicionais já preexistentes no território cerratense. Deve-se enfatizar também que todo o processo de reformas no campo foi imposto pela lógica ditatorial brasileira formuladas em seus Planos de Desenvolvimento Nacional – PND, especificamente o II PND, viabilizou “a aplicação de cerca de US\$248 milhões entre as décadas de 1980 - 1990 para o desenvolvimento do Cerrado” (Cardoso Júnior, 2018, p. 235).

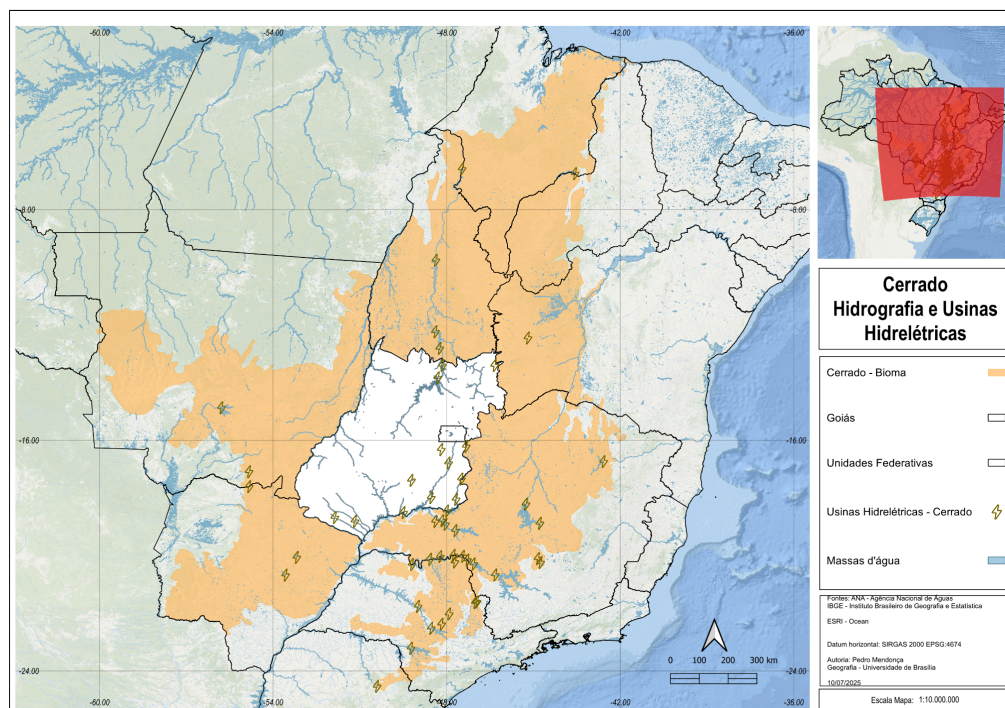
Cabe lembrar que o bioma já havia tido diferentes experiências de exploração dos recursos naturais ao longo da história. Sua geomorfologia e geologia são extremamente favoráveis ao aparecimento de minérios e itens valiosos, o que resultou em disputas durante o período aurífero. Dentro do estado de Goiás, a cultura garimpeira e minerária ainda perdura, fator que influenciou o movimento expansivo de mineradoras em domínio de grandes empreendimentos minerários.

É evidente que a abundância de minérios goianos há séculos causa interesses externos. O grande impasse em relação à concentração desses recursos no território goiano envolve principalmente a monopolização externa sobre esses bens. Ou seja, por mais que haja espaços valiosos, os bens retirados – amianto, nióbio, níquel, ouro – não se concentram no país. O bioma passa a ser analisado e tratado enquanto mercadoria de interesse externo, uma vez que “os aspectos geológicos não estão dissociados dos mecanismos que mercantilizam e internacionalizam o Cerrado goiano” (Gonçalves, 2019, p. 7).

Suas condições morfológicas permitiam, de forma viável, a instalação de Usinas Hidrelétricas de energia, com forte presença de áreas declives, a concentração hidrológica constante atreladas às formas de relevo acidentado presentes especificamente no Centro-Oeste brasileiro. Os projetos hidrelétricos no Cerrado foram planejados neste contexto, com o objetivo central de complementar o abastecimento de energia no país, além de tentar maximizar a monocultura no Centro-Oeste, a partir do momento em que o bioma passa a ter um salto produtivo no mercado agropecuário nacional (Cardoso Júnior, 2018). Tal demanda, pressionada pelos latifundiários do Centro-Oeste possibilitou os processos de implementação infra estruturais de forma acelerada.

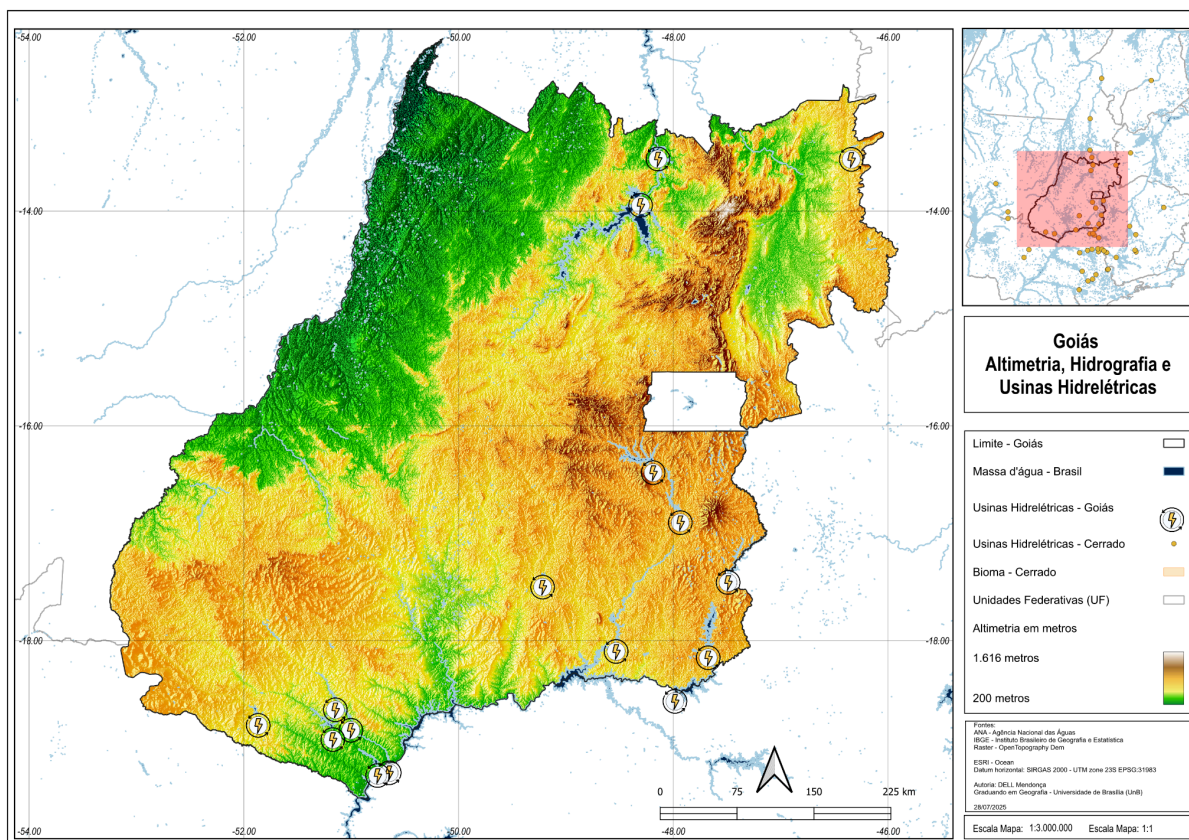
De acordo com os dados da Agência Nacional de Águas (2025), 221 Usinas Hidrelétricas de alta produção energética operam no Brasil. A partir desse dado, o Mapa 1 demonstra as 51

barragens hidrelétricas territorializadas no cerrado brasileiro, representando cerca de 23,07% de todas as barragens ativas.



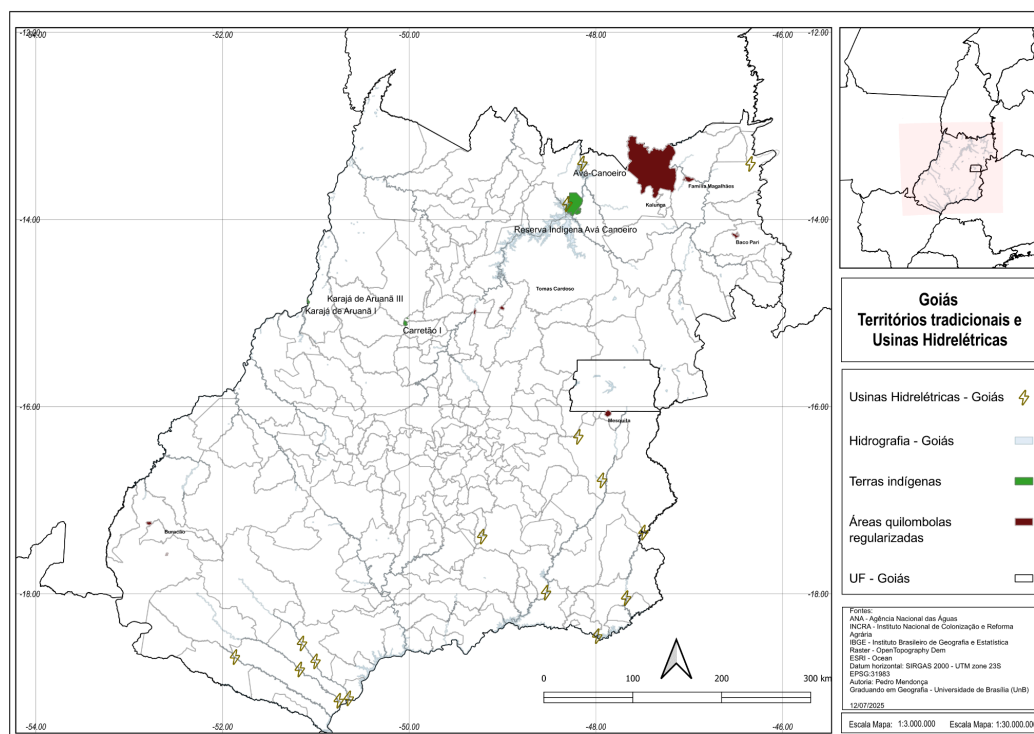
Mapa 1 - Usinas Hidrelétricas no Cerrado (2025)

Goiás possui 16 delas, tal número equivale a 33,37% das usinas do bioma. Podemos observar que o estado concentra uma importância fundamental para a estabilidade energética nacional, ele representa cerca de 7,23% de todas as 221 usinas em operação no cenário nacional. Tal fato também se explica, pois Goiás foi espaço estratégico no conjunto de políticas exploratórias de desenvolvimento, planejadas por diferentes governos durante os séculos XX e XXI, tendo em vista suas feições geomorfológicas condizentes com a atividade Hidrelétrica. Conforme o mapa 2, pode se observar que a altimetria presente na maioria do estado favorece e é incentivo para que as atividades de cunho extrativo aconteçam, prevalecendo os interesses de empresas públicas e privadas.



Mapa 2 - Goiás: Altimetria, hidrografia e Usinas Hidrelétricas

É inegável que o estado possui inúmeras potencialidades econômicas em função do seu meio natural, e historicamente vem produzindo fortes experiências agropastoris e minerárias no cenário brasileiro. Ao mesmo tempo, o lucro não invisibiliza a violência causada em todo esse processo. O conflito pelo território se intensifica ao passo que nessas terras ricas coexistem lógicas ancestrais, com a presença de povos indígenas, quilombolas e camponeses (Mapa 3). Assentamentos rurais, Terras indígenas como Avá-Canoeiro e Karajá de Aruanã I, II e III, ou até mesmo diferentes territórios quilombolas como os Kalunga, sofrem diretamente os impactos e violências causadas pelos diferentes segmentos do capital hegemônico, e de forma contínua, reproduzidos pela elite agrária do estado.



Mapa 3 – Goiás, Quilombos e Terras Indígenas

Pode-se observar que o estado possui uma configuração diversa, institucionalmente reconhecida pelo estado de Goiás. Mesmo marcado pelo domínio do agronegócio e do perfil conservador nas últimas décadas, os povos e comunidades tradicionais persistem e realizam diferentes lutas em defesa dos seus respectivos territórios.

O capital promove a violenta disrupção dos territórios apresentados. Enquadrados na conflituosa Questão Agrária goiana, os diferentes sujeitos possuem o vínculo com a terra, porém poucos obtiveram documentos comprobatórios, tal fato os fazem subjugados as ações de exploração produzidas por megaempreendimentos em diferentes segmentos – energético, agrícola, pecuário e mineratório. A implementação desses empreendimentos banaliza os territórios utilizados de modo original e/ou tradicional e muitas vezes, sagrado.

3. A USINA HIDRELÉTRICA CANA BRAVA

O caso do município de Minaçu é uma representação evidente das forças hegemônicas do setor energético. Ao norte de Goiás, o território limítrofe ao Tocantins possui 27.075 habitantes, com rendas médias de 2,5 salários passou a ocupar o 18º lugar no ranking estadual (IBGE, 2022),

sua construção enquanto cidade foi produzida sob a lógica de inúmeros projetos no âmbito mineratório e energético.

Minaçu é marcada pela multiplicidade de territórios ocupados por povos e comunidades tradicionais, com foco no território indígena Avá-Canoeiro que se localiza no município, assim como o quilombo urbano São Félix, expulsos pela UHE Cana Brava. Isso se reflete em termos demográficos, analisando que a população negra – pretos e pardos – do município corresponde a cerca de 71,01% (IBGE, 2022).

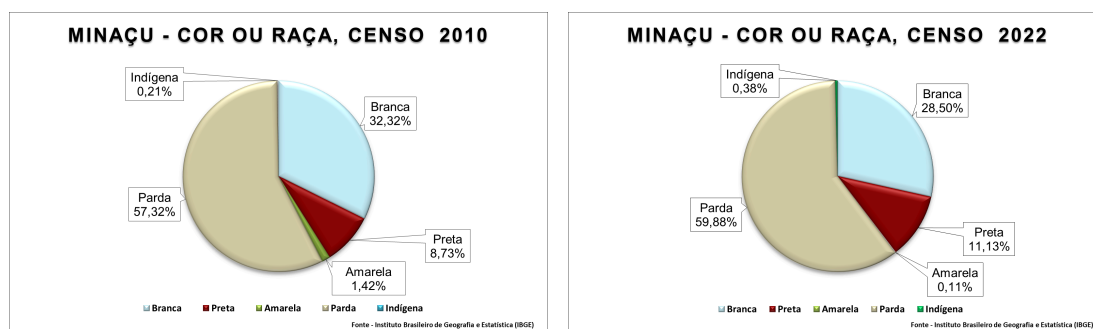


Gráfico I - Relação entre cor ou raça entre os Censos demográficos de 2010 e 2022

O município tem surpreendentes paisagens geomorfológicas, responsáveis pela composição do Complexo Ultramáfico, fator que também foi fundamental para a implementação da usina. A construção da Usina Hidrelétrica Cana Brava foi realizada ao norte do Estado de Goiás, implementada a partir da flexibilização do processo de desestatização da energia elétrica no fim da década de 1990. O projeto foi idealizado para o armazenar e distribuir energia elétrica utilizando o rio Tocantins, tendo em vista o aproveitamento das então UHEs Estreito, Tucuruí e Serra da Mesa (Pinheiro, 2006).

A partir de leilão realizado em 1998 pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a construção foi realizada pela Companhia Energética Meridional (CEM) e Tractebel Energia S.A – multinacional estrangeira franco-belga – enquanto na estruturação e fundamentação do projeto foram evidenciadas decisões públicas unilaterais, mecanismos de compensação ambiental negligentes e conflitos antes, durante e depois da implementação do empreendimento energético. A UHE Cana Brava é central no processo de empobrecimento dos sujeitos do campo, também incluso nas esferas políticas, em seu retrocesso frente os direitos dos atingidos de Minaçu no que se refere ao acesso à terra. (Pinheiro, 2006)

Segundo Pinheiro (2006), a implementação passou a ser divulgada ao município no mesmo ano do leilão. Dentro de discursos verbais e não verbais, o povo foi forçado a acreditar no projeto de “desenvolvimento socioeconômico” que o empreendimento UHE Cana Brava vendia publicamente. Vale ressaltar que tal construção foi apenas o remonte de uma tentativa anterior, que perdurava desde o fim da década de 80, quando a pressão popular conseguiu adiar a implantação do empreendimento, que até o momento era de inteira responsabilidade da Companhia Furnas.

A figura 1 representa uma parcela do movimento expansionista hidrelétrico ao centro-Norte do país – entre Maranhão, Pará, Tocantins e Goiás, foram instalados cerca de onze mega empreendimentos energéticos em vinte anos. Em suma, o rio Tocantins foi utilizado enquanto aproveitamento hídrico passível de expansão.

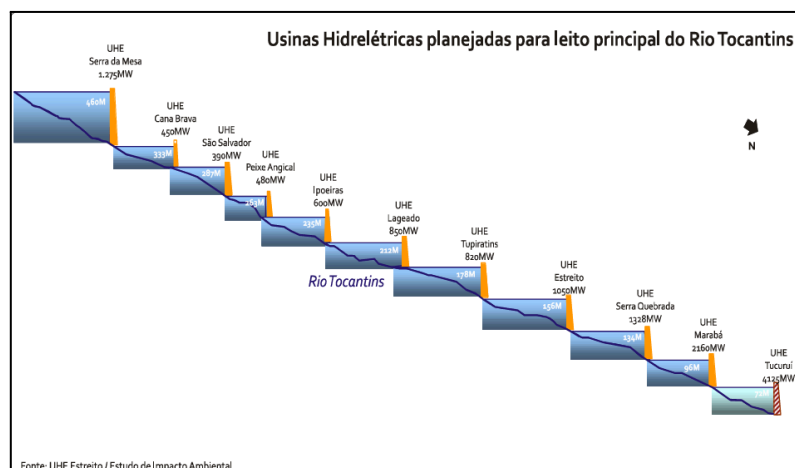


Figura 1 - Usinas Hidrelétricas planejadas para o leito principal do Rio Tocantins
Fonte: (Foschiera, Batista, Thomaz Jr, 2009)

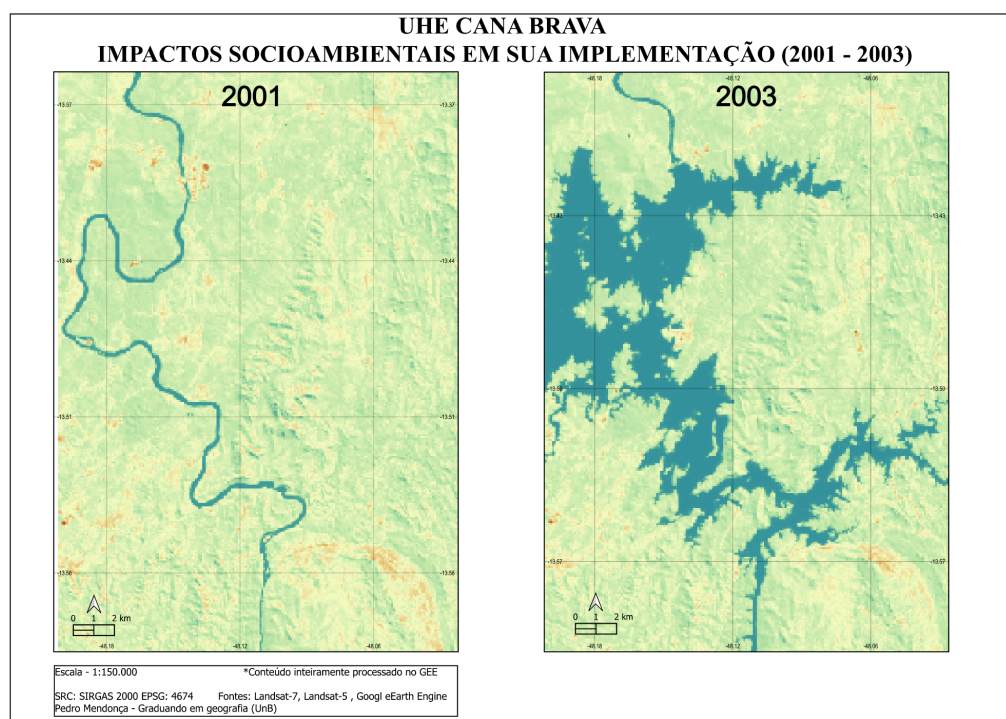
A construção da UHE Cana Brava foi mais um instrumento para a expansão de hidrelétricas implementadas ao contexto do rio Tocantins, rio marcado pela negligência desde a instalação da UHE Tucuruí em 1984. Seus afluentes foram palco de diferentes tipos de desterritorialização. Em vinte e dois anos (1984 - 2006), cinco megaprojetos hidrelétricos foram instalados em seu percurso: UHE Tucuruí (1984 – Pará), UHE Serra da Mesa (1998 – Goiás), UHE Lajeado (2001 – Tocantins), UHE Cana Brava (2002 – Goiás).

As consequências de grandes empreendimentos energéticos atualmente são mais bem compreendidas, visto os impactos de maior escala causados em Brumadinho (2019) e Mariana (2015). Tanto em catástrofes socioambientais, quanto nas desapropriações proporcionadas pela

instalação das UHEs, são percebidas similaridades no processo de indenização do sujeito atingido. Em diversos casos, a empresa responsável pelo empreendimento (ou terceirizadas) procura fragmentar o território e seus sujeitos, jogando com sua vulnerabilidade, apostando em acordos individuais com valores baixos, prejudicaram diretamente o conjunto de famílias e a integridade do território.

Os acordos, por sua vez, ainda desvalorizam a parcela feminina na gerência do território. O processo de implementação da UHE Lajeado é apenas um dos exemplos sobre a forma a qual o papel da mulher foi inferiorizado nas mesas de negociação, onde os estudos de compensação dos atingidos e atingidas alegavam que “o homem equivalia a uma força de trabalho, enquanto a mulher equivalia 0,8 força de trabalho” (Foschiera, Batista, Thomaz Jr. apud Araújo, 2008, p. 143).

De certo, Minaçu foi um dos municípios submetidos à lógica hegemônica do capital energético. A baixa densidade demográfica aliada aos inúmeros recursos e bens naturais foram o suficiente para que o movimento exploratório da Tractebel surgisse ao longo das décadas, causando efeito expropriatório sobre inúmeras comunidades que se territorializavam ao longo desse curso hídrico.



Mapa 4 - Área impactada pela Usina Hidrelétrica Cana Brava

A transformação marcante da paisagem em tão pequeno intervalo de tempo representa principalmente o poder da ascensão neoliberal energética, concentrada por meio de empresas e grupos energéticos que possuem metodologias contra populares, exercendo um verdadeiro monopólio sobre bens fundamentais para a vida digna.

Segundo (Pinheiro, 2006) o estado por meio de Levantamento Censitário da CEM reconheceu cerca de 258 famílias atingidas, porém ao longo dos estudos mais sensíveis de análise do impacto, atualmente estima-se que verdadeiramente a empresa franco-belga Tractebel-Suez foi responsável por expropriar cerca de 986 famílias diretamente afetadas pela Usina de Cana Brava, dentre os municípios de Minaçu, Cavalcante e Colinas do Sul (La Biodiversidad, 2005).

4. A DISPUTA TERRITORIAL E A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS

As operações de desapropriação de terras em Minaçu ocorreram com o aparato legítimo do estado, transformando os sujeitos territorializados em meros reféns do desenvolvimento no município e vítimas de uma proposta monetária imposta pela lógica hegemônica. Os sujeitos, foram então, induzidos à aceitar “propostas amigáveis” em troca de seu território. (Pinheiro, 2006, p. 88.)

Todos os procedimentos foram realizados com a intencional falta de participação das populações e comunidades posteriormente desterritorializadas pela barragem. Parte do processo de desarticulação da comunidade se deu pela desinformação, propagada pela própria Companhia Energética Meridional (CEM). Ao ocultar as informações importantes dos moradores, acabavam por desmobilizá-los de forma planejada, desarticulando qualquer possível oposição ao projeto.

Inicialmente, a desinformação assume a forma de simples ocultamento de dados, cuja finalidade última é facilitar o ingresso de representantes da empresa na região para os primeiros reconhecimentos do território a ser conquistado (Pinheiro, 2006, p. 86).

Tendo em vista os inúmeros embates entre os representantes do empreendimento e os sujeitos, até então pouco instruídos a lidar com o capital hegemônico, diferentes movimentos, organizações e sindicatos tornaram-se protagonistas na luta por indenizações justas. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Minaçu foram as principais organizações responsáveis por mobilizar os atingidos por Cana Brava.

O MAB teve participação fundamental nesse processo, com foco nas tratativas de reparação entre as populações atingidas e a UHE Cana Brava. O acúmulo do movimento, em seus dez anos de história, foi essencial para que se definissem as linhas e caminhos de ação, devido a sua forte experiência com as bases em outras regiões. (Pinheiro, 2006).

A maturidade intelectual do movimento já abrangia novas demandas em relação a energia, com questionamentos mais complexos sobre o modelo energético desigual experienciado pelos atingidos. Tais motivos influenciaram as pautas levantadas na luta do Goiás pois, além de não haver transparência em todo o processo de implementação, o projeto era visto enquanto caminho esperançoso ao desenvolvimento no rio Tocantins durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula I.

A Tractebel, atualmente ENGIE é a maior empresa privada de geração energética do país. A empresa representa poder e monopólio energético externo, com extensa influência exercem estratégias de *Soft Power* que invisibilizam os impactos causados às vítimas atingidas por barragens. No caso de Cana Brava, a empresa Tractebel foi uma das principais autoras na implementação da Usina Hidrelétrica, representando mais uma vez a lógica do capital hegemônico que sobrepõe a lógica das comunidades tradicionais locais. A conflitualidade, expressa pela disputa de modelos de desenvolvimento distintos, parte de uma desigual correlação de forças. Para Fernandes (2008):

Temos, portanto, duas relações sociais que produzem dois territórios distintos e, que para se expandirem, precisam destruir um ao outro ou se reproduzir ou se territorializar em outros territórios. Portanto, o território capitalista se territorializa destruindo os territórios camponeses, ou destruindo territórios indígenas ou se apropriando de outros territórios do Estado (Fernandes, 2008, p 289).

Segundo Raffestin (1990) o poder está no interior das relações, isso significa que o poder é variável e se faz presente no cotidiano, produzindo conflitos que são de certa forma inevitáveis e desiguais. O poder não deve ser enxergado somente enquanto a ação material explícita, mas sim o conjunto de estratégias instrumentalizadas em uma relação social.

O poder não reside no caráter dominador da empresa que manipularia os dominados; reside em estratégias que combinam códigos diferentes e, de fato, opostos: territorialização versus desterritorialização, estabilidade versus instabilidade, tempo longo versus tempo curto, espaço concreto versus espaço abstrato (Raffestin, 1990, p. 95).

Em Cana Brava as variações espaço temporais criaram fragmentações territoriais. Na disputa territorial, o espaço outrora produzido por diferentes sujeitos territoriais passa a ser majoritariamente produzido pela lógica do lucro com apropriação privada. Nesse sentido, restou aos atingidos a luta pelo reassentamento em outras áreas, enquanto reivindicam contra a Companhia Energética Meridional (CEM), Tractebel Energia e BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento questões relacionadas ao território, ao conflito e à historicidade.

Haesbaert (2004) indica a necessidade de compreender o território através de seu sistema de poder já estabelecido, com um conjunto de variações espaço-temporais que produzem diferentes relações de poder, sejam de apropriação espacial, expropriação ou imposição de poder. Os atingidos buscavam um território, compreendendo que só restava a luta por reassentamentos que disponibilizassem a mínima dignidade para condição de vida. A situação desses sujeitos foi extremamente precarizada e a ausência de políticas públicas voltadas à compensação dos sujeitos desterritorializados depois da instalação da usina – maio de 2002.

A demonstração de resistência dos sujeitos territorializados perante os espaços de luta em Minaçu representaram a necessidade coletiva de se articular e promover ações multiescalares e multidimensionais, uma vez que o território passou a ser disputado em outras escalas e através de muitas dimensões. Entre 2003 e 2005, os atingidos de Minaçu enfrentaram negociações conflituosas com a empresa responsável pela UHE Cana Brava. As tentativas de obtenção de indenizações justas foram, em sua maioria, frustradas, uma vez que a multinacional franco-belga adotava estratégias que dificultavam o cumprimento das medidas compensatórias e ao mesmo tempo o Estado se omitia diante da situação.

Durante o período citado, os atingidos se articularam por meio do MAB e realizaram três ocupações estratégicas na sede do Banco Interamericano de Desenvolvimento em Brasília, onde houve a presença massiva dos atingidos pelas barragens de Cana Brava e Serra da Mesa (Minga Informativa, 2005).

De acordo com Pinheiro (2006) em relatórios investigativos produzidos pelo BID em março de 2005, a partir de solicitação realizada em 2002 pelo MAB e Rede Brasil, o banco reconheceu publicamente erros cruciais no processo de análise e indenização do atingido por barragem. Dentre os erros reconhecidos pelo financiador do projeto, estavam:

Qualidade inadequada da atenção dispensada a grupos vulneráveis. O Banco aprovou um Plano de Reassentamento substancialmente incompleto em áreas cruciais. Foi dispensada atenção insuficiente à análise do empobrecimento e à viabilidade econômica e social pós-reassentamento de grupos vulneráveis atingidos. (Pinheiro, 2006, p. 78)

A repercussão negativa tomou proporções em escala nacional e o Ministério Público deu esclarecimentos da situação. Em procedimento estatal solicitou que Conselho Nacional de Defesa da Pessoa Humana realizasse visita de identificação em campo a fim de analisar violações contra a população vulnerabilizada. O CNDH concluiu que a construção do empreendimento precarizou a vida da população atingida pela barragem.

Essa barragem chamou a atenção dos senadores por constar no Relatório do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, que durante a visita de campo, em 2007, constatou dez violações de direitos humanos e fez 14 recomendações. Em nova visita realizada em fevereiro deste ano, a constatação da comissão é que nada melhorou, ao contrário, as condições de vida das famílias atingidas se agravaram. (MAB, 2014)

Apesar da repercussão nacional, grande parte da população atingida pela UHE Cana Brava não obteve êxito em seus processos reparatórios. Essa realidade foi constatada no campo realizado em Minaçu, em abril de 2025. Ao longo de três dias na região, foi possível observar que a comunidade enfrenta sérias dificuldades relacionadas à insegurança alimentar, visto que muitos atingidos não conseguiram restabelecer as condições mínimas que possuíam antes da instalação da usina. O empobrecimento do território agravou o quadro de fome e insegurança nutricional.

Além disso, a combinação entre polarização política e a negligência institucional acumulada ao longo de 22 anos resultou na desarticulação social da comunidade, comprometendo sua capacidade de mobilização e resistência. Soma-se a isso a realidade precária vivida por grande parte das famílias atingidas, que permanecem submetidas à ausência de infraestrutura básica - luta enfrentada por centenas de atingidos por barragens em todo país.



Figura – Usina Hidrelétrica de Cana Brava Fonte: Autoria própria

Em entrevista realizada com a liderança estadual do MAB Goiás, foram explicitadas as condições em que os atingidos lutam e lutaram, frente a um conflito que perdura por duas décadas.

Entre situações desumanas submetidas dentro dos territórios atingidos, a coerção do estado estava presente contra o povo, de acordo com relato de liderança: “Colocavam dois ou três policiais para te acompanhar...como se fosse um bandido passando” (Liderança do MAB-GO, Abril, 2025).

O diálogo possibilitou maior compreensão acerca da sensibilidade do tema, especialmente no que diz respeito a conjuntura a conjuntura de lutas e os impasses institucionais apresentados pela regularização no INCRA. A situação atual dos reassentamentos Água Forra e Lago dos Sonhos em que os atingidos pela UHE Cana Brava estão alocados, reflete o retrocesso político perpetuado no governo Bolsonaro. Esses entraves se arrastam desde 2016 e ainda não possuem resolução definitiva.

Ao ser questionado sobre a questão das reparações ao povo atingido pela UHE Cana Brava, a liderança entrevistada entende que ainda existem muitas lacunas na questão reparatória, o mesmo indica a necessidade de atendimento sobre atingidos que receberam até menos de 20% da indenização necessária para uma vida minimamente digna.

Olha, eu acredito que tem muita coisa a fazer ainda. Porque isso que você falou é isso que a gente tem em mente, até por que na minha região tem atingido de diversas formas, né? É, tem atingido que é o que que a gente leva todo o contexto dos atingidos. Tem gente que recebeu uma parte, atingido que recebeu menos de 20% do que ele merecia. (Liderança do MAB- GO, Abril, 2025).

Durante os anos de 2024 e 2025 voltaram a ocorrer reuniões entre o movimento e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, com intuito de regularizar a situação dos assentamentos rurais ainda não regularizados. De acordo com o MAB (2025), os atingidos estiveram reunidos com o INCRA em diferentes negociações para encaminhar o andamento dos Projetos de reassentamento. Mesmo que tal fato seja uma conquista para a retomada de lutas dos atingidos por Cana Brava, entende-se que o Governo Federal ainda não atende os critérios desejados ao processo de regularização e obtenção dos territórios reivindicados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise geográfica desenvolvida ao longo deste trabalho, conclui-se que a Usina Hidrelétrica Cana Brava se configura como exemplo emblemático da lógica do capital na reprodução da lógica do capital na reprodução de práticas de expropriação e desterritorialização, justificadas sob o discurso do desenvolvimento nacional, especialmente no setor de energia. Embora se consolide como uma das principais UHE do cerrado, sua implementação resultou em impactos socioambientais que perduram até a atualidade, revelando as dimensões estruturais da violência exercida sobre as populações atingidas, incluindo numerosas violações contra os direitos humanos.

É, portanto, fundamental realizar uma leitura multidimensional dos impactos socioterritoriais das hidrelétricas na vida das populações atingidas. Esses empreendimentos não geram apenas transformações físicas, mas também prejuízos de ordem política, social, econômica e ambiental. Compreende-se a partir do exposto que a ordem do desenvolvimento não é apenas positiva, mas age de forma perversa, pois é uma lógica de acúmulo de recursos que está intimamente ligada ao empobrecimento de um determinado grupo de sujeitos, nesse caso o atingido.

Nesse sentido, destaca-se a importância de ferramentas de representações cartográficas como o Google Earth Engine, que oferece novas possibilidades metodológicas para a análise dos impactos territoriais de grandes empreendimentos. A ferramenta pode ser qualificada de forma que auxilie, sobretudo, novas pesquisas relacionadas à área temática ou até mesmo crie novas proposições que possam ser mais assertivas que o atual método utilizado. O contraste entre o antes e o depois, constitui um novo recurso estratégico para qualificar estudos, reduzir custos operacionais e, sobretudo, democratizar o acesso à informação por parte das comunidades atingidas.

Por fim, reafirma-se a necessidade de legitimar as disputas territoriais produzidas por diferentes movimentos socioespaciais e socioterritoriais frente aos agentes do capital hegemônico. A Luta dos atingidos, como evidenciado neste estudo de caso, não é pontual e nem isolada: é permanente, organizada e voltada à construção de um novo paradigma energético.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL. Atingidos por barragem desocupam a sede do BID depois de chegarem a acordo de reparação. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2005-06-03/atingidos-por-barragem-desocupa-m-sede-do-bid-depois-de-chegarem-acordo-de-reparacao>. Acesso em: 06 de jul. 2025.

ENGIE. Sobre a ENGIE. Disponível em: <https://www.engie.com.br/institucional/sobre-a-engie/>. Acesso em: 10 de jul. 2025

EMBRAPA Cerrados. Cerrado: Ecologia e caracterização. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica; Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2004. Disponível em: <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/566918>, acesso em: 16 de mai. 2025.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista NERA, Presidente Prudente, ano 8, n. 6, p. 14-34, jan-jun. 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. ENTRANDO NOS TERRITÓRIOS DO TERRITÓRIO. BOLETIM DATALUTA, [S. l.], v. 1, n. 3, 2008. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/BD/article/view/54743>. Acesso em: 9 jul. 2025.

FOSCHIERA, Atamis Antonio. BATISTA, Lucione Sousa. THOMAZ JR, Antonio. ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS: o caso do MAB/TO. Revista Pegada Eletrônica, Presidente Prudente, vol. 10, n. 1, 30 jun. 2009. Disponível . Acesso em: 05 jan. 2025.

GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis Fernandes. Mineração em grande escala, disputas pelo subsolo e o espaço agrário fraturado em Goiás, Brasil. Revista de Geografia, [S. l.], v. 36, n. 2, p. 1-20, 2019. DOI: 10.51359/2238-6211.2019.240063. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistageografia/article/view/240063>. Acesso em: 7 jul. 2025.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à Multiterritorialidade. Porto Alegre, 2004.

HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo: Edições Loyola, 2004. cap. 3-5. p. 77-170.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. São Paulo: Editora Loyola, 1992.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE. 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Panorama do município de Minaçu (GO). Brasília: IBGE, 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/minacu/panorama>. Acesso em: 12 jul. 2025

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. A maior e mais ousada iniciativa do

nacional-desenvolvimentismo. Desafios do desenvolvimento, Ano 13, Edição 88, 2016. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=3297>. Acesso em: 9 jul. 2025.

CARDOSO JÚNIOR, Hamilton Matos; **LUNAS**, Divina Aparecida Leonel. Construção da Usina Hidrelétrica de Cana Brava em Minaçu (GO): conflitos sociais e o dilema do desenvolvimento. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 13, n. 29, p. 231-255, abr., 2018.

LA BIODIVERSIDAD. Brasil: multinacional arbitrária. Disponível em: https://www.biodiversidadla.org/Principal/Prensa/Brasil_multinacional_arbitraria. Acesso em: 3 jul. 2025

LIMA, Jorge Enoch. Situação e perspectivas sobre as águas do cerrado. Ciência e Cultura, v.63, p. 27-29, jul. 2011.

LIMA, José Luiz. Política de governo e desenvolvimento do setor de energia do Código de Águas à crise dos anos 80 (1934-1984). Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade do Brasil, 1995. Disponível em: Políticas de governo e desenvolvimento do setor de energia elétrica: do código de águas a crise dos anos 80 (1934-1984) | Acervo | Memória da Eletricidade. Acesso em 10 de fev. 2025.

MAB. Movimento dos Atingidos por Barragens. Atingidos por barragens de Goiás se reúnem com o INCRA e MDA e pedem apoio para reconhecimento e reparação. Disponível em: <https://mab.org.br/2024/04/23/atingidos-por-barragens-de-goias-reunem-com-o-incra-e-md-a-e-pe-dem-apoio-para-reconhecimento-e-reparacao>. Acesso em: 10 de jul. 2025

MAB. Movimento dos Atingidos por Barragens. Atingidos cobram o INCRA por assentamentos em Goiás. Disponível em: <https://mab.org.br/2025/01/29/atingidos-cobram-o-incra-por-assentamentos-em-goias>. Acesso em: 05 jul. 2025

MAB. Movimento dos Atingidos por Barragens. MAB denuncia ação da Tractebel a parlamentares franceses. Disponível em: <https://mab.org.br/2014/09/05/mab-denuncia-da-tractebel-parlamentares-franceses/>. Acesso em: 12 jul. 2025.

MAB. Movimento dos Atingidos por Barragens. Quem somos. MAB - Movimentos dos Atingidos por Barragens, [s.d]. Disponível em: <https://mab.org.br/quem-somos/>. Acesso em 5 de jul. 2025.

MINGA INFORMATIVA. “MAB Deixa O BID E Aguarda O Cumprimento Dos Acordos” | Minga Informativa. Movimientos.org, 1 Jul. 2025. Disponível em: movimientos.org/pt-br/node/4814. Acesso 2 July 2025.

PINHEIRO, Daniele. Reestruturação do setor elétrico no Brasil e suas consequências no tratamento de questões sociais e ambientais: O Caso da Usina Hidrelétrica de Cana Brava, GO.

2006. 113f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo, Ática, 1993.

SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão popular, 2013.

SAQUET, Marcos Aurelio; **BRISKIEVICZ**, Michele. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 31, v. 1, 2009, p. 3-16.

VAINER, Carlos B. Recursos hidráulicos: questões sociais e ambientais . Estudos Avançados, São Paulo, Brasil, v. 21, n. 59, p. 119–137, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10210..> Acesso em: 18 mar. 2025.